

ASSEMBLEIA APROVA PROPOSTA DOCENTE PARA O CONTRATO DE TRABALHO

Reunidos na segunda-feira, 27/3, em assembleia da APROPUC, os professores aprovaram por unanimidade a proposta elaborada a partir das discussões efetuadas nas diversas reuniões da associação, que estabelece princípios para um novo contrato docente.

Os professores entenderam que o prazo para a formulação de novos parâmetros foi muito exíguo e, por isso, reivindicam que o prazo seja estendido até outubro/2023, para aprofundamento e detalhamento das discussões e que, para o segundo semestre de 2023, continue valendo a norma

atual de distribuição de tempos parciais e integral nos contratos.

Os professores também lembraram que, caso a Fundasp insista na aplicação da proposta elaborada no final de 2022, a Justiça do Trabalho poderá ser acionada, pois a redução salarial é inconstitucional.

A proposta dos docentes tem como princípios básicos o fim de tabelas salariais diferenciadas para trabalhos iguais; o término do representamento que coloca professores com titulação inferior ao patamar real de sua carreira; um final de carreira digno àqueles que desejarem

se desligar da universidade, com pagamento das verbas rescisórias e 40% sobre o total de depósitos no FGTS; retomada efetiva do contrato por tempo que contemple ensino/pesquisa/extensão; universalização do acesso dos docentes à Orientação de Iniciação Científica, monitoria, horas-pesquisa independentemente da carreira e do contrato docente, bem como aos benefícios garantidos pelo Acordo Interno. Ao analisar as tabelas de distribuição de créditos docentes, os professores constataram também que há uma distorção quando, em faixas contratuais, ao se acrescen-

tar mais aula, o fator complementar é reduzido. Por outro lado, a segunda inconsistência ocorre na relação entre as faixas, por exemplo, ao ministrar 18 aulas o fator de acréscimo corresponde a 55%, mas quando são ministradas 15 aulas, o fator sobe para 57% (veja o detalhamento completo no documento que publicamos nas páginas 2 e 3).

A proposta que foi aprovada na assembleia foi entregue ao Consad nesta sexta-feira e os professores poderão ser chamados nas próximas semanas para novas deliberações.

Último dia para inscrição de chapas para a eleição da APROPUC

Os candidatos à eleição da APROPUC têm até hoje, 31/3, às 19hs prazo para inscrever suas chapas para a eleição da APROPUC. Requerimentos poderão ser retirados na Sede da APROPUC- SP ou pelo site: <https://www.apropucsp.org.br>.

As chapas deverão ser compostas por presidente, vice-presidente, 1º. se-

cretário, 2º. secretário, 1º. tesoureiro, 2º. tesoureiro e três suplentes.

É facultativa a apresentação na chapa dos membros das comissões de trabalho. Na próxima semana estaremos divulgando a(s) chapa(s) inscrita(s) e seus programas.

Veja ao lado o quadro com as principais datas da eleição.

Calendário para as eleições da APROPUC-SP	
30 e 31/3	- Inscrição de chapas
12 e 18/4	- Entrega de material de divulgação
25, 26 e 27/4	- Votação
28/4	- Apuração
02/5	- Posse da nova diretoria

DITADURA NUNCA MAIS

Chega de violência nas escolas



ELISABETE PRESENTE!

Proposta de Contrato do Trabalho aprovada pela assembleia docente

O contrato de trabalho docente da PUC-SP é um assunto que a APROPUC-SP vem discutindo junto à Reitoria e à Fundação São Paulo continuamente, desde 2006. Até aquela data, o contrato docente era regido pela Deliberação 65/78, que contemplava horas contratuais em Ensino, Pesquisa e Extensão, e se enquadrava no regime de contrato por tempo. Esta foi uma conquista histórica do contrato de trabalho dos docentes, tendo sido referência para Universidades públicas e privadas em todo território nacional.

Em 2006, sob o argumento de que a PUC-SP estava comprometida financeiramente, houve a aprovação nas instâncias da Universidade de um contrato maximizado para os professores, que deveria de ter a vigência no período de 2 anos para o equilíbrio financeiro da Universidade. Esse período se encerrou, a Universidade reequilibrou suas finanças de tal modo que, mesmo superavitária já há alguns anos, uma medida que tinha um caráter provisório se perpetuou.

Ao longo dos anos, medidas normativas do Conselho de Administração – Consad – alteraram horas, retiraram pesquisa e reduziram substancialmente horas de extensão da composição contratual, de tal forma que chegamos a um modelo de contrato de trabalho que contempla somente as atividades docentes relacionadas à sala de aula e orientação.

Concomitantemente à maximização (aumento do número de créditos para a configuração contratual), um conjunto de distorções que interfere diretamente na precarização do contrato de trabalho foi se avolumando, como:

✓ tabelas com salários diferen-

ciados para professores com a mesma titulação (tabela em extinção e tabela nova);

✓ represamento, situação em que professores com titulação de mestre, doutor, livre docente recebem seus salários abaixo do correspondente às suas titulações, ou até mesmo como Auxiliares de Ensino, devido à ausência de uma política explícita para o enquadramento de professores na carreira;

✓ professores que ingressam para a pós-graduação são contratados como auxiliares de ensino, recebem como doutores, mas não têm perspectiva de ingresso na carreira. O mesmo professor, se ministrará disciplinas na Graduação, receberá como auxiliar de ensino. Há ainda os que ingressam com a possibilidade de inserção na carreira, que atuam e desempenham todas as exigências de um assistente-doutor e recebem como auxiliares de ensino;

✓ na outra extremidade, há professores que pretendem se desvincular da Universidade, mas são impossibilitados de romper com seus vínculos e são mantidos indefinidamente com um contrato mínimo (FTD 1 – 1 hora/aula). Não há uma política definida para se desvincularem, apesar de haver uma cláusula estatutária que prevê o estabelecimento de uma política para esta situação. Hoje, cerca de cem professores permanecem nesta situação, sem definição de suas situações trabalhistas, o que impede um desligamento que contemple os direitos trabalhistas previstos na CLT e na Convenção Coletiva de Trabalho, bem como inviabiliza o fluxo de acesso e ascensão de novos quadros na carreira docente. Em 2022, fomos surpreendidos com a Deliberação 03/2022 do CONSAD, que reduziu os con-

tratos de 6 créditos – 10 créditos para contrato hora/aula (FTD-6), ampliando a precarização dos professores, cujos contratos vêm sendo sucessivamente reduzidos à sua revelia, por fechamento de turmas, turnos e cursos. Ao tomar conhecimento da deliberação, a diretoria da APROPUC-SP convocou uma assembleia de professores na qual foi decidido, por unanimidade, entrar com recurso no CONSAD, com argumentos jurídico-trabalhistas e acadêmico-pedagógicos para que esta deliberação fosse revogada e que, durante o primeiro semestre deste ano, as instâncias acadêmicas e a APROPUC-SP debatessem e elaborassem uma proposta de contrato docente que recuperasse o sentido da Universidade, com Ensino, Pesquisa e Extensão contemplados no contrato docente.

Na reunião do Consad de 6 de dezembro de 2022, a diretoria da APROPUC-SP, com base em reuniões abertas da categoria docente, sustentou oralmente seus argumentos e o recurso foi deferido. Entretanto, o prazo de seis meses solicitado não foi acatado e a proposta do Consad foi a de que a comunidade apresentasse uma proposta até o final deste mês.

Desde o início deste ano, a APROPUC-SP realizou três reuniões gerais abertas com os professores, que, por unanimidade, deliberaram por encaminhar, de forma autônoma, sua proposta, reafirmando a necessidade já anteriormente solicitada do período de um semestre para que se chegasse a uma proposta amplamente discutida em todas as instâncias acadêmico-pedagógicas e jurídico-trabalhistas. Nessa direção, foram aprovados os seguintes princípios norteadores:

✓ retomada do contrato por tempo, incluídas as três dimensões indissociáveis – Ensino, Pesquisa e Extensão – nos contratos docentes;

✓ uma política de acesso e progressão na carreira, de modo a equiparar salários e carreira e garantir a isonomia entre professores que exerçam a mesma função;

✓ uma política universal, transparente, com critérios debatidos e definidos nas instâncias da Universidade para o encerramento da carreira docente para aqueles que assim o desejarem, sem a nefasta presença do etarismo, não admissível no âmbito da Constituição Brasileira;

✓ pelo fim do Fator Trabalho Docente (hora-aula) e pela adoção de contratos POR TEMPO para todos os professores;

✓ universalização do acesso dos docentes à Orientação de Iniciação Científica, monitoria, horas-pesquisa independentemente da carreira e do contrato docente, bem como aos benefícios assegurados em Acordo Interno de Trabalho, hoje limitados a professores com contratos de TP-20 ou superiores, o que garantirá a extensão da “cidadania docente” a todos os professores;

✓ repúdio total e unânime a qualquer medida de mudança contratual que rebaixe a remuneração nominal do docente em suas faixas contratuais, por ser inconstitucional (irredutibilidade salarial);

✓ a pesquisa, ao ser incluída no contrato, deve prever parâmetros que contemplem a diversidade epistemológica das diversas áreas de conhecimento;

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

✓ garantia da tramitação da proposta de novo contrato docente em todas as instâncias da Universidade – Departamentos, Conselhos de Faculdade, CEPE, CONSUN - antes de qualquer deliberação do CONSAD.

Análise do Contrato Atual Padrão para Graduação

O contrato atual padrão refere-se apenas às atividades com alunos, divididas em:

Horas em sala de aula que consta da tabela nº de créditos; Horas de atividades referentes a aulas: preparação de aula, elaboração e correção de provas e trabalhos, atendimento de alunos

ATIVIDADES COM ALUNOS			
Horas Atividade (crédito)	Contrato maximizado atualmente	Hora Extra Classe	%
A	B	C	C/B
3	5	2	40
4	5	1	20
5	5	0	0
6	10	4	40
7	10	3	30
8	15	7	47
9	15	6	40
10	20	10	50
11	20	9	45
12	25	13	52
13	30	17	57
14	30	16	53
15	35	20	57
16	35	19	54
17	40	23	58
18	40	22	55
percentual médio			44

Contratos de 3, 4 e 5 horas são referência para composição de contrato (TP/TI) somente quando somadas a outras horas acadêmicas e/ou somadas a outras horas acadêmico/administrativas. Nos casos de professores com contrato FTD, essas horas

são horas/aula.

Ao analisarmos a tabela ao lado, podemos identificar dois tipos diferentes de inconsistências, a primeira ocorre dentro da faixa quando ao acrescentar mais aula, o fator complementar é reduzido, fato que pode ser visto como totalmente incoerente já que ao ministrar mais aulas, o fator de acréscimo deveria também receber um acréscimo proporcional. A segunda inconsistência ocorre na relação entre as faixas, por exemplo, ao ministrar 18 aulas o fator de acréscimo corresponde a 55%, mas quando são ministradas 15 aulas, o fator se eleva a 57%.

Realizando um cálculo com as atividades em classe e extra-classe, é possível demonstrar que esse tipo de contrato está de fato atrelado a atividades relacionadas direta ou indiretamente aos estudantes: em média, 56% do tempo é dispendido em sala de aula (créditos) e 44% para preparação de aula, elaboração e correção de provas e trabalhos, atendimento de estudantes, reuniões de colegiado de curso, de departamento, NDE, organização de eventos, conselhos, pareceres, bancas de TCCs, qualificações e defesas de mestrado e doutorado, entre outras atividades. Observa-se que a estrutura contratual atual não contempla horas-atividade em pesquisa, que, por outro lado, fazem parte dos critérios de avaliação do corpo docente.

Como exemplo, um professor com 17 ou 18 créditos/horas em sala de aula agrega ao seu contrato 23 ou 22 horas de atividades com preparação de aula, elaboração e correção de provas e trabalhos, atendimento de estudantes para completar 40 horas (TI) contratuais. Por outro lado, um professor com um contrato de 10 ou 11 créditos/atividades em sala de aula

possui um complemento de 10 ou 9 horas para completar um contrato de 20 horas (TP20), por ter um número mais reduzido de turmas.

Vale destacar que apesar de muitos docentes estarem alocados apenas na Graduação, também desempenham funções na Pós-Graduação ao participarem das bancas de qualificação e defesa.

Portanto, dada a forma como os contratos são construídos, não há horas disponíveis na semana - em cada faixa de horas em sala de aula - para a pesquisa e/ou outras atividades afins à profissão de professor que atua em universidade.

Em síntese, isso significa, na prática, pela tabela, que o contrato está fundado apenas em horas-atividade dedicadas às atividades relativas aos com estudantes.

Estudo para inclusão de pesquisa nos contratos

Como os contratos atuais não incluem horas-pesquisa, nossa proposta é incluí-las de forma remunerada nos contratos, respeitando a inserção do professor na carreira docente. De fato, apesar da exigência por pesquisa, hoje os contratos de trabalho não preveem horas para tal atividade, nem na graduação, nem na pós-graduação. Dessa forma, hoje as atividades de pesquisas se efetivam de forma gratuita para a instituição por aqueles que a realizam, na maioria das vezes à custa de férias, fins de semana, saúde e necessário repouso físico e mental do professor que deseja permanecer na atividade de pesquisa. Em que pese a existência de instrumentos de financiamento de pesquisa como o PIPEQ, este é insuficiente, pontual e não incluído no contrato docente. A ausência de horas contratuais para pes-

quisa também coloca em questão a cobrança realizada pela instituição em seu sistema de avaliação, dada a forma atual de configuração dos contratos. A base da proposta seria que as horas em sala de aula e com atividades docentes fossem completadas e/ou substituídas por horas-pesquisa, respeitando o total de 40 horas.

Para a construção da proposta

A partir dos princípios apresentados e da compreensão histórica e coletivamente construída na PUC-SP da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, acreditamos que este documento pode nos levar a construir uma proposta consensual que supere as graves distorções instauradas a partir de 2006 e gradativamente aprofundadas nesta Universidade.

Propomos a criação de um referencial de horas contratuais no qual a pesquisa seja discriminada, e que esse referencial possa ser escalonado em 10, 20 e até 30 horas pesquisa e/ou pesquisa/extensão, de modo que o contrato, para aqueles que o queiram, incorpore além das horas-docência, as horas-pesquisa remuneradas.

Ainda, considerando estar em jogo o próprio conceito da democracia histórica que sempre predominou em nossa universidade, propomos o adiamento da deliberação das propostas pelo CONSAD, a fim de permitir maior exame e detalhamento das novas condições impostas por um novo contrato de trabalho. Para tal, a dilatação de prazo deve ser por, no mínimo, seis meses para ampliação e aprofundamento de discussões por toda comunidade acadêmica, de modo a proporcionar a participação de todos os professores nos diversos cursos e diferentes colegiados dos departamentos e suas faculdades.

Estudantes de psicologia discutem estágios do SUS

Os estudantes de Psicologia, reunidos em assembleia na segunda-feira, 27/3, discutiram o modelo de estágio proposto a partir de agora que impõe o acompanhamento em campo dos estudantes durante os estágios.

Segundo os estudantes de Psicologia: “ Para garantir a manutenção dos está-

gios na área da saúde pública, nossos professores que trabalham com estágios nesse campo se organizaram para solicitar à PUC-SP a contratação de preceptores, ou seja, psicólogos que seriam contratados para acompanhar os alunos em campo, dada a impossibilidade de que os professores o façam”.



Estudantes de Psicologia reunidos em assembleia

Funcionários elegem Comissão para o processo eleitoral da AFAPUC

Na assembleia ordinária de 30/3 os funcionários administrativos da PUC-SP aprovaram a Comissão Eleitoral para o processo de escolha da nova diretoria da AFA-PUC para o biênio 2023/25. Foram indicados os nomes dos funcionários Rosana Alves, Maria Aparecida Alves de Souza e Bruno Pinotti. A Comissão deverá se reunir nos próximos dias para elaborar o calendário e as normas da eleição. O processo eleitoral deverá estar concluído até 31/5 com a posse da

nova diretoria eleita. A diretoria da associação também informou aos presentes sobre o Acordo Interno de Trabalho, cuja vigência expira em 30/4. A AFAPUC já enviou ofício à Fundasp solicitando abertura das negociações, porém até o momento não houve um pronunciamento da mantenedora. Vários funcionários já se manifestaram sugerindo novas cláusulas ao texto a ser discutido e a direção da entidade sugeriu que novas contribuições podem ser en-

viadas pelo e-mail: afapuc@gmail.com.

Informes

Os funcionários também tomaram conhecimento de que o processo relativo ao quinquênio está em andamento. O SA-AESP avalia que a liberação do pagamento para os funcionários da primeira lista, cuja ação já foi concluída, poderá ocorrer até o final de abril.

A AFAPUC informou que reivindicou à Divisão de Recursos Administrativos um comunicado sobre a utilização de atestados médicos

para que todos fiquem cientes. A DRH comprometeu-se a publicar uma normativa sobre a utilização desses comprovantes para abono de faltas.

A AFAPUC também deverá encaminhar à Reitoria e à Fundasp a lista com os nomes dos funcionários que subscreveram o abaixo-assinado pela utilização de teletrabalho. Tanto a mantenedora como a direção da Universidade ainda não marcaram datas para a reunião com a direção da AFAPUC.

Paralisações na França mostram resistência da classe operária europeia

As manifestações francesas das últimas semanas mostram a força do operariado europeu diante do avanço da barbárie capitalista.

O governo francês está propondo uma reforma previdenciária que, entre outros prejuízos aos trabalhadores, eleva a idade mí-

nima da aposentadoria para 65 anos. A exemplo do que ocorreu em países da América Latina, como Chile e Brasil, o capitalismo em crise procura minimizar suas perdas atacando os direitos dos trabalhadores.

Porém a classe operária francesa e a população em geral deram

sua pronta resposta colocando nas ruas mais de dois milhões de pessoas na terça-feira 28/3. Enquanto as direções sindicais insistem em uma solução pactuada com o governo, o que pode arrefecer os ânimos de milhões de trabalhadores em luta, os trabalhadores enfrentam a repres-

são do presidente Macron que militarizou ainda mais a polícia francesa.

A luta dos trabalhadores franceses é de extrema importância para a classe operária europeia na defesa de seus direitos, contra a sanha cada vez maior do capitalismo mundial.

ANISTIA NUNCA MAIS!
@manifesto.coletivo
@manifestocolet



ATO DE ENTREGA DAS ASSINATURAS PELO TRIBUNAL POPULAR!

com a presença de parlamentares, movimentos sociais, artistas e ativistas

01.04 ÀS 14HS - SALÃO NOBRE DA FACULDADE DE DIREITO DA USP!
Largo São Francisco, 95 - Sé, São Paulo

Conferência Livre Nacional de Saúde da FRENTE NACIONAL CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE

"AMANHÃ VAI SER OUTRO DIA"
GARANTIR DIREITOS, DEFENDER O SUS E A DEMOCRACIA!

DATA: 15 DE ABRIL DE 2023
PERÍODO DA TARDE: 13h às 19h
Formato híbrido




FRENTE NACIONAL CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE contraprivatizacao.com.br  [@contraprivatizacao](https://www.facebook.com/contraprivatizacao)  [@fncpsaude](https://www.instagram.com/fncpsaude)

Assassinato de professora mostra descaso com a segurança nas escolas

A morte da professora Elizabeth Tenreiro, da escola estadual Thomazia Montoro, na Vila Sônia, zona oeste de São Paulo, vítima de um bárbaro ataque desfechado por um estudante de 13 anos, revoltou toda a população, diante da crueldade do ataque, que ainda deixou feridos mais quatro estudantes.

Esse episódio vem demonstrar mais uma vez a total insegurança em que vivem nossas escolas municipais e estaduais, onde crimes como este têm se transformado em rotina no dia a dia de professores, pais e estudantes.

Mais do que isto, vem à tona a banalização da violência, que ganha cada vez mais espaço em uma sociedade que nos últimos anos acostudou-se a cultivar as armas como pretensos objetos de defesa, que mais serviram para ataques contra inocentes. Entidades de professores repudiaram o acontecido e emitiram notas contra a barbárie. A APEOESP publicou em seu site um manifesto onde ressalta

que “ a APEOESP vem há anos realizando pesquisas sobre a violência nas escolas e cobrando da Secretaria Estadual de Educação e demais órgãos do Governo Estadual providências para a redução das incidências dessas ocorrências. Faltam funcionários nas escolas, o policiamento no entorno das unidades escolares é

deficiente, e, sobretudo, não existem políticas de prevenção que envolvam a comunidade escolar sobre o problema e a busca de soluções”.

Na tarde de quarta-feira, 29/3, foi realizado um ato de desagravo às vítimas de violência nas escolas. Convocado pela APEOESP e outras organizações de professores

de São Paulo, o ato foi marcado para acontecer em frente à Secretaria de Educação na Praça da República.

A APROPUC repudia o acontecido que vitimou mais uma colega de trabalho e se coloca ao lado daqueles que lutam por uma educação digna para toda a população, onde os livros nunca serão substituídos por armas.

Presidenta do Sindicato dos Metroviários ameaçada de morte

Após a greve vitoriosa dos metroviários que colocou na ordem do dia a questão da catraca livre quando o transporte urbano está cada vez mais sucateado, a presidenta do Sindicato dos metroviários de São Paulo, Camila Lisboa, recebeu ameaças de morte e declarações misóginas pelas redes sociais das quais ela faz parte. “As ameaças de morte que recebi revelam grave conteúdo misógeno e racista, característico da extrema direita”, reagiu Camila em sua conta no Twitter. “Desde já reafirmamos que essas ameaças não irão

nos calar. A categoria metroviária seguirá sua luta por direitos, por transporte público de qualidade e pela catraca livre”, acrescentou.

As Centrais Sindicais emitiram nota repudiando o acontecido e se solidarizando com a trabalhadora: “Após a poderosa greve dos metroviários, que encurralou o governador Tarcísio e mostrou o descaso do governo de SP com o transporte público, a presidente do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, Camila Lisboa vem recebendo, ofensas, xingamentos e ameaça de morte, nas redes

sociais, por parte de indivíduos de extrema direita que não toleram as lutas dos trabalhadores. As centrais sindicais brasileiras vem repudiando tais atos, prestar solidariedade a companheira e afirmar que este é um ataque e uma ameaça à todo o movimento sindical, e que vai ser denunciado em todos os locais, inclusive na OIT”.

A APROPUC também une sua voz àquelas que condenam tal barbárie e saúda o movimento grevista dos metroviários que mostrou a força dos trabalhadores do transporte paulistano.

Evento debate resistência do movimento LGBTQIA+ à ditadura militar

Nesta sexta-feira, 31/3, acontece no auditório 100-A do Predio Novo da PUC-SP, o evento “ LGBTQIA+ Contra a ditadura e o autoritarismo”. Promovido pelo Nemos (Núcleo de Estudos e

Pesquisas Sobre os Movimentos Sociais), Defensoria Pública do Estado de São Paulo e Núcleo Especializado de Defesa da Diversidade e Igualdade Racial, o evento procurará discutir o levante do

Ferro’s Bar e sua importância para o movimento LGBTQIA+.

O evento contará com a exibição do documentário “Ferro’s Bar” elaborado pelo coletivo Cine Sapatão, debates com as cine-

astas e com as professoras doutoras Patrícia Lessa e Regina Facchini.

Na sequência acontecerão diversas palestras de professores e cineastas que terão início às 16h30 e encerramento às 19h.